



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3701 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 098/2016

(PAE n. 47.672/2016)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadora de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRES n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para a contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRES, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e São José.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará **no dia 9 de setembro de 2016, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010, e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico (**ANEXO I**), que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no **ANEXO I** deste Edital, deverão ser consideradas as do Edital.

1.2. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: Projeto Básico; e
- b) ANEXO II: Planilha de Custos.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, a qual atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESA, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESA não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993; e

b) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema "Pregão Eletrônico", por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a

correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverão constar da proposta:

a) para os ITENS 1, 3, 5 e 7, o preço MENSAL da manutenção preventiva;

b) para os ITENS 2, 4, 6 e 8, o preço TOTAL correspondente ao atendimento de 2 (dois) chamados para manutenção corretiva, com 1 (uma) hora de duração cada chamado (excluídos os valores de peças, haja vista que serão custeadas pelo TRESA);

c) no campo “**descrição detalhada do objeto ofertado**”: detalhamento do serviço ofertado, quando couber, sem alternativas.

4.2.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, é **obrigatória a apresentação de proposta para TODOS os itens;**

4.2.2. O Sistema Comprasnet fará, automaticamente, a totalização dos valores das propostas apresentadas para os itens.

4.2.3. No campo “**descrição detalhada do objeto ofertado**”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital.**

4.2.4. Não será admitida, no campo “**descrição detalhada do objeto ofertado**”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

4.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

4.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

4.9. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente com a Seção de Manutenção Predial, no horário das 13 às 18 horas, por meio do telefone (48) 3251-3785 ou 3251-3718.

4.9.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta

deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRESA, designado para esse fim.

4.9.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *síte* www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações do Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, a desclassificação em um item implicará a desclassificação em todos os itens cotados pelo licitante.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para o item cotado.

5.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelos VALORES MENSAIS dos itens 1, 3, 5 e 7 e pelos VALORES TOTAIS dos itens 2, 4, 6 e 8.

6.1.1.1. A cada lance ofertado, por item, o Sistema Comprasnet atualizará, automaticamente, o valor global dos itens.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pelo Pregoeiro, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, restará vencedor, na fase de lances, o licitante que ofertar o menor valor global.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, via *chat*, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, o Pregoeiro negociará com o licitante, por meio do sistema, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a ÚNICO fornecedor, a desclassificação em um item por preço excessivo implicará a desclassificação em todos os itens cotados pelo licitante.

7.2. Ser^á, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

- a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou
- b) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou
- c) mantenha, após a fase de lances, valor de item superior ao estabelecido na Planilha de Custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou
- d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis.

7.2.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.2.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4. Após aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada, pelo Pregoeiro, por meio de consulta *on line* ao SICAF e análise dos itens relacionados no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

- a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:
 - b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e
 - b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.4; e
- d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação, serão verificados, ainda, do licitante cadastrado:

- a) declaração de que cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;
- b) a Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, por meio de consulta ao [site www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br);
- c) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao [site www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br); e
- d) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao [site www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br);

8.3.1. A declaração de que trata a alínea “a” deste subitem deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal da

microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado na alínea “a” do subitem 8.4, por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

a) decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.3 deste Edital.

IX. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante poderá, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.1.1. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, o Pregoeiro poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

9.1.2. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão prevista no subitem 8.4, alínea “b”.

9.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 9.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a ADJUDICAR o objeto deste certame, **GLOBALMENTE**, ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

X. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta,

não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. Para os casos não previstos no subitem 10.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 10.2 e na alínea "f" do subitem 10.3 são de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto ou em eventuais fornecimentos e substituições de peças sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

10.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 10.3, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

10.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea "f" do subitem 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XI. DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

- a) Serviço - Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

b) Peças - Natureza da Despesa 3.3.90.30, Elemento de Despesa – Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

11.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

12.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico e em sua proposta;

12.1.2. fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada;

12.1.3. realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;

12.1.4. disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;

12.1.5. atender às solicitações do Contratante para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos no item 4.2.3 do Projeto Básico, Anexo I do Edital;

12.1.6. apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto no item 4.2.6 do Projeto Básico, Anexo I do Edital, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;

12.1.7. realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;

12.1.8. oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

12.1.9. prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;

12.1.10. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa do TRESP;

12.1.11. realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;

12.1.13. fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;

12.1.14. seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;

12.1.15. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada.

12.1.16. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.

12.1.17. transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades da contratação;

12.1.18. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

12.1.19. substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;

12.1.20. fornecer a cada fiscal de contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;

12.1.21. apresentar mensalmente às respectivas fiscalizações de contrato (itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 do Projeto Básico, Anexo I do Edital), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;

12.1.22. informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESP, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações do Contratante, procedimento necessário à autorização do seu acesso;

12.1.23. realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita no Projeto Básico, Anexo I do Edital, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista;

12.1.24. comunicar à fiscalização de contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;

12.1.25. refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela fiscalização do contrato;

12.1.26. efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações contratuais e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante da Contratada e o Gestor do Contrato, do TRESP;

12.1.27. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESP;

12.1.28. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

12.1.29. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP; e

12.1.30. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIII. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

13.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

13.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESA efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESA os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

13.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XIV. DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 5.450/2005 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

14.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

14.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item X deste Edital.

14.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 14.3.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XV. DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

15.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" do subitem 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" do subitem 10.3.

XVI. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

16.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

17.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Dec. n. 5.450/2005.

17.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

Florianópolis, 22 de agosto de 2016.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e São José, autorizado pelo Senhor, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. 64 do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 47.672/2016 (Pregão n. 098/2016), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor, inscrito no CPF sob o n., residente e domiciliado em,,/SC e, de outro lado, a empresa, estabelecida na cidade de, inscrita no CNPJ sob o n., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua), Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n., residente e domiciliado(a), tem entre si ajustado Contrato para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e São José, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários ao perfeito funcionamento dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRESA, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e São José, conforme especificações abaixo:

1.2. PORTÕES AUTOMÁTICOS

1.2.1. PRÉDIO SEDE E ANEXO I DO TRESA:

1.2.1.1. Portão de acesso via Rua Esteves Júnior:

- a) portão tipo pivotante, em alumínio;
- b) medidas 2,70 X 3,31 m (Altura X Largura);

c) 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2

CV;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático, sinaleira luminosa, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.

1.2.1.2. Portão de acesso via Rua Adolfo Melo:

a) portão tipo pivotante, em alumínio;

b) medidas 1,62 X 4,50 m (Altura X Largura);

c) 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.

1.2.1.3. Portão interno de acesso à garagem do prédio Anexo I:

a) portão de correr, em alumínio;

b) medidas 3,58 X 2,10 m (Largura X Altura),

c) 1 (um) motor para portão automático deslizante, marca Unisystem, modelo Veloz Titan 1/4, monofásico, 220V, 1/4 CV;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados.

1.2.2. PRÉDIO DO ALMOXARIFADO DO TRESA (SÃO JOSÉ)

1.2.2.1. Portão de acesso pela Avenida Leoberto Leal:

a) portão de correr, em ferro com alumínio;

b) medidas 4,50 X 1,93 m (Largura X Altura),

c) 1 kit automatizador deslizante, marca OMEGASAT, modelo DESLIZANTE 1/4 ALEN ONE, com 1 (um) motor monofásico, 220V, 1/4 CV;

d) com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.

1.2.3. PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS

1.2.3.1. Portão de acesso à garagem:

a) portão basculante, em aço;

b) medidas 2,28 X 2,36 metros (Altura X Largura);

c) 1 (um) motor para portão automático basculante, marca UNISYSTEM, modelo PILLAR QUAD MAX 1/3, placa de comando G2, monofásico, 220V, 1/3 CV, braço de motor em alumínio;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático; destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, placa eletrônica de comando para o motor, 15 controles remotos configurados.

1.2.4. PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ

1.2.4.1. Portão de acesso principal:

a) portão de correr, em ferro;

b) medidas 5,50 X 2,05 metros (Largura X Altura);

c) 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.

1.2.4.2. Portão de acesso secundário:

a) portão de correr, em ferro;

b) medidas 3,16 X 2,34 metros (Largura X Altura);

c) 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV;

d) com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, com 13 (treze) controles remotos configurados.

1.3. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.3.1. Prédios Sede e Anexo I do TRESP, localizados na Rua Esteves Júnior, 68 e 80, Centro, Florianópolis/SC, para os portões referidos na subcláusula 1.2.1;

1.3.2. Prédio do Almoxarifado do TRESP, localizado na Av. Leoberto Leal, n. 975, Barreiros, São José/SC, para o portão constante na subcláusula 1.2.2;

1.3.3. Prédio dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis, localizado na Av. Rio Branco n. 797, Centro, Florianópolis/SC, para o portão constante na subcláusula 1.2.3;

1.3.4. Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José, localizado na Av. Beira-Mar de São José, esquina com Luiz Fagundes, São José/SC, para os portões referidos na subcláusula 1.2.4.

1.4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.4.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

1.4.1.1. Compreende a inspeção dos sistemas e a execução dos serviços de regulagem, ajustes mecânicos, elétricos e eletrônicos; lubrificação e limpeza dos equipamentos, dentre outros elementos que possam comprometer o perfeito funcionamento dos portões;

1.4.1.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser prestados mensalmente, preferencialmente no período matutino, das 8h às 12h, de segundas a sextas-feiras;

1.4.1.3. A Contratada deverá informar à Seção de Manutenção Predial do TRESP, com antecedência, a data e o horário previstos para a execução da manutenção preventiva, bem como a identificação do(s) funcionário(s) para que seja providenciada a autorização de seu acesso;

1.4.1.4. A manutenção preventiva inclui os insumos necessários à execução dos respectivos serviços e a substituição semestral das baterias de todos os controles.

1.4.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1.4.2.1. A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação de componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos portões, e incluindo os eventuais serviços correlatos de aplicação de produtos anticorrosivos, soldagens, fixações em alvenaria e pinturas de reparação;

1.4.2.2. A manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer momento, a partir da solicitação da Seção de Manutenção Predial do TRESP ou da constatação da necessidade, inclusive pela própria Contratada, durante a manutenção preventiva;

1.4.2.3. O prazo máximo para atendimento, após a solicitação da unidade competente do TRESP, será 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, ou de 4 (quatro) horas, para situação emergencial, como por exemplo, portão inoperante;

1.4.2.4. As solicitações de manutenção corretiva dar-se-ão via telefone ou e-mail, ambos indicados pela Contratada até o início de vigência da contratação;

1.4.2.5. Na execução da manutenção corretiva deverão ser utilizadas peças novas e originais;

1.4.2.6. Quando necessária a substituição de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio no prazo máximo de 12h, contadas do atendimento técnico, para apreciação pelo gestor do contrato, o qual poderá dispensá-lo desde que comprovada a urgência da execução do serviço;

1.4.2.7. Ocorrendo a aprovação do orçamento prévio apresentado pela Contratada, a execução do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), quando o conserto for considerado urgente, ou de 3 (três) dias nos demais casos, contado da mensagem de aprovação do gestor do contrato;

1.4.2.8. A substituição das peças somente poderá ocorrer após verificada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo fiscal do contrato, exceto se o serviço for considerado urgente. Caso o preço seja comprovadamente excessivo, ficará o TRESP autorizado a adquirir as peças de terceiros.

1.4.3. PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NAS MANUTENÇÕES:

1.4.3.1. A Contratada, após cada manutenção, deverá apresentar ao fiscal de contrato relatório detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas;

1.4.3.2. A retirada e o deslocamento de qualquer peça ou equipamento das instalações do TRESP, para fins de manutenção, somente ocorrerá mediante autorização prévia e expressa da fiscalização do contrato;

1.4.3.3. Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser entregues à fiscalização do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 098/2016, de ___/___/2016, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ___/___/___, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA, os valores de:

- a) R\$(.....) mensais, pela manutenção preventiva mensal; e
- b) R\$(.....) por hora de serviço efetivamente realizado na manutenção corretiva.

2.2. As peças serão custeadas pelo TRESP mediante a apresentação de orçamento prévio pela Contratada, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR MENSAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor mensal estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se o valor mensal fixado na subcláusula 2.1, letra “a” e a estimativa de atendimento de 2 (dois) chamados para manutenção corretiva, ao custo do preço constante na subcláusula 2.1, letra “b”, por hora.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30

de setembro de 2017, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias úteis em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESP efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESP os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, conforme discriminado a seguir:

a) Serviço - Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de

Bens Imóveis.

b) Peças - Natureza da Despesa 3.3.90.30, Elemento de Despesa – Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foram emitidas as Notas de Empenho n. 2016NE000_____, em ___/___/2016, no valor de R\$ _____(_____) e n. 2016NE000_____, em ___/___/2016, no valor de R\$ _____(_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. Responderá pela Fiscalização do Contrato:

a) o Assistente de Chefia da Seção de Manutenção Predial e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Manutenção Predial, em relação aos prédios Sede e Anexo I;

b) o Assistente de Chefia da Seção de Almoxarifado e Patrimônio e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, em relação ao prédio do Almoxarifado;

c) os Chefes de Cartório da 12ª, 13ª, 100ª e 101ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de Florianópolis; e

d) os Chefes de Cartório da 29ª e 84ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de São José.

9.3. Os fiscais do contrato deverão acompanhar a realização dos serviços e terão autoridade para atestar o recebimento do objeto da contratação e exigir o seu adequado cumprimento, bem como registrar todas as ocorrências e rejeitar qualquer serviço de má qualidade ou que afronte as normas técnicas cabíveis, podendo determinar o que for necessário para a regularização dos serviços;

9.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais de Contrato, como a aprovação de orçamentos prévios e as comunicações referentes a irregularidades do contrato, serão solicitadas ao Gestor, tempestivamente, para adoção das medidas necessárias.

9.5. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.6. Serão impugnados pela Gestão do Contrato todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico

anexo ao edital do Pregão n. 098/2016 e em sua proposta;

10.1.2. fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada;

10.1.3. realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;

10.1.4. disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;

10.1.5. atender às solicitações do Contratante para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos na subcláusula 1.4.2.3 do Projeto Básico, Anexo I do Edital;

10.1.6. apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto na subcláusula 1.4.2.6, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;

10.1.7. realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;

10.1.8. oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

10.1.9. prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;

10.1.10. não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa do TRESA;

10.1.11. realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;

10.1.13. fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;

10.1.14. seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;

10.1.15. instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada.

10.1.16. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.

10.1.17. transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades da contratação;

10.1.18. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

10.1.19. substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;

10.1.20. fornecer a cada fiscal de contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;

10.1.21. apresentar mensalmente às respectivas fiscalizações de contrato (subcláusulas 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;

10.1.22. informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESA, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações do Contratante, procedimento necessário à autorização do seu acesso;

10.1.23. realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita no Projeto Básico, Anexo I do Edital, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESA, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista;

10.1.24. comunicar à fiscalização de contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;

10.1.25. refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela fiscalização do contrato;

10.1.26. efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações contratuais e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante da Contratada e o Gestor do Contrato, do TRESA;

10.1.27. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESA;

10.1.28. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.29. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRESA; e

10.1.30. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 098/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

11.3. Para os casos não previstos na subcláusula 11.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado deste Contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste Contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total deste Contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.2 e na alínea "f" da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto ou em eventuais fornecimentos e substituições de peças sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.3, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea "f" da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" da subcláusula 11.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

13.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas

testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ... de de 2016.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

PREGÃO N. 098/2016

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários ao perfeito funcionamento dos portões automáticos dos prédios Sede, Anexo I e Almoxarifado do TRESP, e dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis e de São José, conforme especificações abaixo.

2. PORTÕES AUTOMÁTICOS

2.1. PRÉDIO SEDE E ANEXO I DO TRESP:

2.1.1. Portão de acesso via Rua Esteves Júnior:

- a) Portão tipo pivotante, em alumínio;
- b) Medidas 2,70 X 3,31 m (Altura X Largura);
- c) 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático, sinaleira luminosa, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.

2.1.2. Portão de acesso via Rua Adolfo Melo:

- a) Portão tipo pivotante, em alumínio;
- b) Medidas 1,62 X 4,50 m (Altura X Largura);
- c) 1 (um) kit automatizador Pivotante 2000 Alumínio Max Flash, marca PECCININ, com braço em alumínio e motor modelo PCMT 0073, monofásico, 220V, 1/2 CV;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático, destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, central eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados com acionamento de alcance mínimo de 50m.

2.1.3. Portão interno de acesso à garagem do prédio Anexo I:

- a) Portão de correr, em alumínio;
- b) Medidas 3,58 X 2,10 m (Largura X Altura),
- c) 1 (um) motor para portão automático deslizante, marca Unisystem, modelo Veloz Titan 1/4, monofásico, 220V, 1/4 CV;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 2 (dois) controles remotos configurados.

2.2. PRÉDIO DO ALMOXARIFADO DO TRESA (SÃO JOSÉ)

2.2.1. Portão de acesso pela Avenida Leoberto Leal:

- a) Portão de correr, em ferro com alumínio;
- b) Medidas 4,50 X 1,93 m (Largura X Altura),
- c) 1 kit automatizador deslizante, marca OMEGASAT, modelo DESLIZANTE 1/4 ALLEN ONE, com 1 (um) motor monofásico, 220V, 1/4 CV;
- d) Com travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.

2.3. PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE FLORIANÓPOLIS

2.3.1. Portão de acesso à garagem:

- a) Portão basculante, em aço;
- b) Medidas 2,28 X 2,36 metros (Altura X Largura);
- c) 1 (um) motor para portão automático basculante, marca UNISYSTEM, modelo PILLAR QUAD MAX 1/3, placa de comando G2, monofásico, 220V, 1/3 CV, braço de motor em alumínio;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático; destravamento para modo manual em caso de falta de energia, interruptor para acionamento a partir do posto de vigilância, placa eletrônica de comando para o motor, 15 controles remotos configurados.

2.4. PRÉDIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO JOSÉ

2.4.1. Portão de acesso principal:

- a) Portão de correr, em ferro;
- b) Medidas 5,50 X 2,05 metros (Largura X Altura);
- c) 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, placa eletrônica de comando para o motor, 4 (quatro) controles remotos configurados.

2.4.2. Portão de acesso secundário:

- a) Portão de correr, em ferro;
- b) Medidas 3,16 X 2,34 metros (Largura X Altura);
- c) 1 kit automatizador deslizante Super Flash, marca PECCININ, com 1 (um) motor modelo PCMT 0170, monofásico, 220V, 1/2 CV;
- d) Com sistema antiesmagamento, travamento automático, chave para alternar para o modo manual em caso de falta de energia, cremalheira, com 13 (treze) controles remotos configurados.

3. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.1. Prédios Sede e Anexo I do TRESA, localizados na Rua Esteves Júnior, 68 e 80, Centro, Florianópolis/SC, para os portões referidos no subitem 2.1;
- 3.2. Prédio do Almojarifado do TRESA, localizado na Av. Leoberto Leal, n. 975, Barreiros, São José/SC, para o portão constante no subitem 2.2;

- 3.3. Prédio dos Cartórios Eleitorais de Florianópolis, localizado na Av. Rio Branco n. 797, Centro, Florianópolis/SC, para o portão constante no subitem 2.3;
- 3.4. Prédio dos Cartórios Eleitorais de São José, localizado na Av. Beira-Mar de São José, esquina com Luiz Fagundes, São José/SC, para os portões referidos no subitem 2.4.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- 4.1.1. Compreende a inspeção dos sistemas e a execução dos serviços de regulagem, ajustes mecânicos, elétricos e eletrônicos; lubrificação e limpeza dos equipamentos, dentre outros elementos que possam comprometer o perfeito funcionamento dos portões;
- 4.1.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser prestados mensalmente, preferencialmente no período matutino, das 8h às 12h, de segundas a sextas-feiras;
- 4.1.3. A Contratada deverá informar à Seção de Manutenção Predial do TRESP, com antecedência, a data e o horário previstos para a execução da manutenção preventiva, bem como a identificação do(s) funcionário(s) para que seja providenciada a autorização de seu acesso;
- 4.1.4. A manutenção preventiva inclui os insumos necessários à execução dos respectivos serviços e a substituição semestral das baterias de todos os controles.

4.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- 4.2.1. A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação de componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos portões, e incluindo os eventuais serviços correlatos de aplicação de produtos anticorrosivos, soldagens, fixações em alvenaria e pinturas de reparação;
- 4.2.2. A manutenção corretiva poderá ocorrer a qualquer momento, a partir da solicitação da Seção de Manutenção Predial do TRESP ou da constatação da necessidade, inclusive pela própria Contratada, durante a manutenção preventiva;
- 4.2.3. O prazo máximo para atendimento, após a solicitação da unidade competente do TRESP, será 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, ou de 4 (quatro) horas, para situação emergencial, como por exemplo, portão inoperante;
- 4.2.4. As solicitações de manutenção corretiva dar-se-ão via telefone ou e-mail, ambos indicados pela Contratada até o início de vigência da contratação;
- 4.2.5. Na execução da manutenção corretiva deverão ser utilizadas peças novas e originais;
- 4.2.6. Quando necessária a substituição de peças, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio no prazo máximo de 12h, contadas do atendimento técnico, para apreciação pelo gestor do contrato, o qual poderá dispensá-lo desde que comprovada a urgência da execução do serviço;
- 4.2.7. Ocorrendo a aprovação do orçamento prévio apresentado pela Contratada, a execução do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), quando o conserto for considerado urgente, ou de 3 (três) dias nos demais casos, contado da mensagem de aprovação do gestor do contrato;
- 4.2.8. A substituição das peças somente poderá ocorrer após verificada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo fiscal do contrato, exceto se o serviço for considerado urgente. Caso o preço seja comprovadamente excessivo, ficará o TRESP autorizado a adquirir as

peças de terceiros.

4.3. PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NAS MANUTENÇÕES:

- 4.3.1. A Contratada, após cada manutenção, deverá apresentar ao fiscal de contrato relatório detalhado do serviço executado, incluindo o diagnóstico, a solução adotada e as peças envolvidas;
- 4.3.2. A retirada e o deslocamento de qualquer peça ou equipamento das instalações do TRESA, para fins de manutenção, somente ocorrerá mediante autorização prévia e expressa da fiscalização do contrato;
- 4.3.3. Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser entregues à fiscalização do contrato.

5. VISITA TÉCNICA:

- 5.1. Recomenda-se às empresas proponentes a realização de visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços.
- 5.2. A realização da visita técnica, por responsável técnico indicado pela proponente, com acompanhamento por representante do TRESA, deverá ser previamente agendada através dos telefones (48) 3251 3785 ou 3251 3718, das 13:00h às 18:00h.
- 5.3. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e das suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1. Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão-de-obra especializada;
- 6.2. Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis;
- 6.3. Disponibilizar telefone para contato para atendimento a solicitações de abertura de chamados emergenciais;
- 6.4. Atender às solicitações do Contratante para restabelecer o funcionamento dos portões paralisados ou com funcionamento anormal, nos prazos máximos previstos no item 4.2.3;
- 6.5. Apresentar orçamento prévio, no caso de substituição de peças, no prazo máximo previsto no item 4.2.6, contado da chegada do(s) técnico(s) no local da prestação dos serviços;
- 6.6. Realizar os reparos nos portões nos prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, para sanar funcionamento anormal de portão, e de 4 (quatro) horas, para situações emergenciais;
- 6.7. Oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;
- 6.8. Prestar assistência técnica, durante o prazo de garantia dos serviços executados e das peças e acessórios substituídos, sanando os problemas constatados em no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, e de 3 (três) dias nos demais casos;
- 6.9. Não substituir ou alterar peças dos equipamentos sem a autorização expressa do TRESA;
- 6.10. Realizar a troca das baterias dos controles a cada 6 (seis) meses;
- 6.11. Fornecer peças e acessórios novos, na embalagem do fabricante;

- 6.12. Seguir as instruções do fabricante quanto à montagem, instalação e manutenção dos equipamentos;
- 6.13. Instalar os componentes e peças devidamente testados e funcionando, não se admitindo o emprego de qualquer peça recondicionada.
- 6.14. Manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.
- 6.15. Transmitir aos seus profissionais as informações necessárias à realização das atividades da contratação;
- 6.16. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como pelos provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 6.17. Substituir de imediato profissional cuja atuação ou comportamento for prejudicial à execução dos serviços;
- 6.18. Fornecer a cada fiscal de contrato o relatório de atendimento por manutenção preventiva ou corretiva realizada no dia;
- 6.19. Apresentar mensalmente às respectivas fiscalizações de contrato (itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4), os documentos fiscais individualizados e os respectivos relatórios das atividades desenvolvidas no mês de competência para cada local de prestação do serviço;
- 6.20. Informar, previamente, à Seção de Manutenção Predial do TRESP, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a identificação dos profissionais que atuarão nas instalações do Contratante, procedimento necessário à autorização do seu acesso;
- 6.21. Realizar mensalmente a manutenção preventiva descrita neste projeto, informando previamente à Seção de Manutenção Predial do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-3785 e 3251-3718 ou do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, a data e a hora prevista.
- 6.22. Comunicar à fiscalização de contrato, por escrito, eventual anormalidade constatada na execução dos serviços e prestar os devidos esclarecimentos;
- 6.23. Refazer imediatamente, às suas expensas, os trabalhos rejeitados pela fiscalização do contrato;
- 6.24. Efetuar a manutenção preventiva de acordo com as determinações contratuais e com o cronograma e metodologia estabelecidos na reunião inicial entre o representante da Contratada e o Gestor do Contrato, do TRESP.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 7.1. Responderá pela Gestão do Contrato o Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto;
- 7.2. Responderá pela Fiscalização do Contrato:
 - a) O Assistente de Chefia da Seção de Manutenção Predial e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Manutenção Predial, em relação aos prédios Sede e Anexo I;
 - b) O Assistente de Chefia da Seção de Almoxarifado e Patrimônio e, conjunta ou separadamente, o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, em relação ao prédio do Almoxarifado;
 - c) Os Chefes de Cartório da 12ª, 13ª, 100ª e 101ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de Florianópolis;
 - d) Os Chefes de Cartório da 29ª e 84ª Zona Eleitoral, conjunta ou separadamente, em relação ao prédio dos cartórios eleitorais de São José.
- 7.3. Os fiscais do contrato deverão acompanhar a realização dos serviços e terão

autoridade para atestar o recebimento do objeto da contratação e exigir o seu adequado cumprimento, bem como registrar todas as ocorrências e rejeitar qualquer serviço de má qualidade ou que afronte as normas técnicas cabíveis, podendo determinar o que for necessário para a regularização dos serviços;

- 7.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais de Contrato, como a aprovação de orçamentos prévios e as comunicações referentes a irregularidades do contrato, serão solicitadas ao Gestor, tempestivamente, para adoção das medidas necessárias.

8. PREÇO:

- 8.1. Fornecer o preço mensal para a manutenção preventiva e o preço para manutenção corretiva (excluídos os valores das peças, que serão custeadas pelo TRESA).
- 8.2. Com a finalidade exclusiva de aferição do menor preço, as proponentes deverão cotar conforme a seguinte fórmula:

$$Pf = (Pmp1 + Pmp2 + Pmp3 + Pmp4) + (2 \times Pmc1 + 2 \times Pmc2 + 2 \times Pmc3 + 2 \times Pmc4)$$

Onde:

Pf = Preço final;

Pmp = Preço para manutenção preventiva mensal, relativo aos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4;

Pmc = Preço para a mão-de-obra/hora correspondente à manutenção corretiva, referente aos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, supondo-se dois chamados/mês, cujos serviços tenham, cada um, duração de uma hora.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 9.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

10. ADJUDICAÇÃO:

- 10.1. A adjudicação do objeto deverá ser global, uma vez que permitirá uma melhor gestão da contratação, além de tornar o objeto da contratação mais atraente para a participação das empresas no certame.

11. CÓDIGO SIASG:

- 11.1. O código SIASG para o referido serviço é o 17.957.

12. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

- 12.1. A contratação visa garantir acesso seguro e ágil aos servidores e autoridades que exercem suas funções nos respectivos imóveis, bem como dos servidores e eleitores que acessam o estacionamento dos Cartórios Eleitorais de São José.

13. RESPONSÁVEL PELOS DADOS:

Claudio Roberto Januário
Chefe da Seção de Manutenção Predial

PREGÃO N. 098/2016

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valores expressos em Real (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL	QTDE.	UNID.	CUSTO ESTIMADO MENSAL
1	Manutenção preventiva mensal	Sede e Anexo I	1	Manut.	335,00
2	Manutenção corretiva	Sede e Anexo I	2	Hora	220,00
3	Manutenção preventiva mensal	Almoxarifado	1	Manut.	320,00
4	Manutenção corretiva	Almoxarifado	2	Hora	170,00
5	Manutenção preventiva mensal	Cartórios da Capital	1	Manut.	330,00
6	Manutenção corretiva	Cartórios da Capital	2	Hora	170,00
7	Manutenção preventiva mensal	Cartórios de São José	1	Manut.	391,18
8	Manutenção corretiva	Cartórios de São José	2	Hora	172,62

- Planilha elaborada em 3 de agosto de 2016.